

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois reuniram-se, virtualmente pela plataforma GOOGLE MEET os/as Conselheiros (as) **Marcos Fellipe Costa, Jaguaracy Conceição, , Vitor de Castro Veiga, Rosilainde Oliveira de Amorim, Nadja Amaral, Fabio Cruz e Thiago Brandão**. A reunião teve início às quinze horas e dez minutos quando presidente abriu a sessão informando que já havia quórum e que a pauta é o parecer anual e que já começaram a leitura na reunião passada. Fala ainda que não farão a leitura da ata, pois esta é uma reunião extraordinária e a ata será lida na próxima reunião. Comunica que a SEMED solicitou a aprovação do primeiro bimestre do SIOPE e informa que a GRADUS não enviou o informativo e já são alguns anos que essas divergências acontecem e está chegando o fim do prazo que a prefeitura tem para conseguir liberação de verbas federais e solicitou que a prefeitura enviasse o parecer da GRADUS explicando o motivo das divergências. Na sequência, abriu espaço para os informes. Marcos informou sobre o fórum de professores(as) negros(as) e fala da importância desse debate. Nadja comentou sobre a reunião com as mães de Portão para avaliar a escola Pedro Paranhos e sobre o funcionamento das creches e disse que é importante avaliar e questionar. Comenta que há um grande número de pessoal, mas ainda há a dificuldade de auxiliar de classe. Jaguaracy comenta sobre a história da África e diz que é necessária uma discussão, pois o município decidiu seguir as diretrizes do estado da Bahia e, se verificar, lá não tem história Afro. Outra questão é o ensino religioso que o município tirou, mas nas diretrizes do estado tem o ensino religioso e na BNCC também. Josenita fala sobre retomar os trabalhos dos grupos e, se possível, de forma presencial já em junho. Marcos diz que estão finalizando as pendências de 2021, mas é importante retomar o trabalho dos grupos e as visitas. Na sequência, Marcos passou a apresentar e fazer a leitura do parecer anual e fala que houve uma mudança e por isso retomará leitura do início. No item 1.1, que trata sobre MDE, não houve alteração; no item 1.2, Marcos explica sobre o saldo da conta e diz que olhou o extrato do saldo que tinha no dia 31/12/2021 e explica também sobre a aplicação. Jaguaracy fala que precisa rever onde trata sobre os 10% porque o artigo 16 não tem relação com os 10% e faz a leitura do artigo 25, no qual consta que é 10% do valor

recebido. Marcos diz que a prefeitura só não pode ultrapassar os 10% e que realmente é o artigo terceiro do artigo 25 da lei 14.113/2020. Nadja comenta sobre a parte que trata que até 2023 terá 5,25% e questiona se podem acrescentar que não tiveram participação nesse planejamento com os gastos e destaca quem em 2023 este conselho não estará mais. Marcos diz que este conselho deveria participar no momento da elaboração da LDO, mas o município não convida o conselho para participar e faz uma live e apresenta e depois diz que convidou a sociedade civil e diz que podem sim reforçar no parecer que este conselho não foi convidado a participar do processo de construção da LDO. Jaguaracy pontua que a LDO já aconteceu e mais uma vez o conselho ficou de fora. Nadja questiona se o conselho não pode solicitar uma audiência pública para avaliar as contas. Marcos diz que estão falando da participação da construção das leis orçamentárias e Nadja reforça que o conselho não foi convidado e que podem questionar isso e pergunta como podem fazer isso se é através de ofício ou audiência. Marcos explica que o caminho é o ofício que já foi enviado e pode reforçar, mas a próxima LDO só ano que vem e diz que primeiro manda um ofício ao município se não responder ou a resposta foi insatisfatória, podem provocar o Ministério Público e que por enquanto o que podem fazer é colocar no parecer e nas próximas reuniões discutirem isso. Na leitura do item 2, explica a divergência entre o RREO municipal e o demonstrativo do SIOPE. Nadja questiona se seria muito ruim aprovar esse relatório após a vinda do técnico para explicar as divergências, pois mesmo que aprovem com ressalva essas respostas vão demorar mais ainda. Comenta sobre o ofício número 4 que não houve resposta e questiona se não seria importante esperar as respostas. Marcos diz que o prazo do parecer já finalizou e o relatório já está atrasado e correm o risco do TCM nem analisar o relatório do conselho. Em relação ao técnico, é mais preocupante quando é o relatório do SIOPE, mas considera válida a proposta. Nadja sugere sinalizar essa questão do técnico no relatório. Jaguaracy diz que o técnico vai dizer a mesma coisa que está no relatório e o que precisa é o técnico nas reuniões presenciais durante a análise das contas. Jaguaracy questiona se o relatório da lotação e as folhas já estão disponíveis e Marco diz que não e Jaguaracy questiona como vão validar o primeiro bimestre sem

analisar os documentos e considera que isso é brincar com o conselho. Josenita diz que o técnico sempre acompanhou as reuniões do conselho e Marcos diz que pode enviar um ofício. No item 2 foi acrescentado o texto sobre a falta do técnico. No item 3 Nadja sinaliza que já foi solicitado a relação e tem um ofício que não foi respondido. Marcos diz que o ofício que não foi respondido é sobre as vagas reais e que a lotação o conselho recebe bimestralmente e tem também no SIOPE. Nadja diz que já sinalizaram essa questão em outros relatórios e é algo recorrente. Marcos comenta sobre o formato e o conteúdo do parecer e diz que o parecer é para relatar tudo o que aconteceu no ano e propõe finalizar o parecer e os conselheiros irem anotando aquilo que precisa ser retomado nas próximas reuniões. Na sequência, fez a leitura do item 3.1, o qual trata sobre a creche Marisa Letícia e comenta sobre a solicitação feita sobre as obras do PAR. Thiago fala que houve um problemas no sistema e por isso não enviou ainda o relatório solicitado. Jaguaracy comenta que já houve reparos na creche e vai precisar de mais reparos. Após a leitura do item 3.2 Jaguaracy pontua que sobre as remunerações precisam ver, pois tem vice-diretor com valores de diferentes na mesma escola e Vitor explica que a diferença é porque tem profissional de 20 horas e profissional de 40 horas. Em relação à creche Marisa Letícia, Jaguaracy comenta sobre a nomenclatura do endereço e também comenta sobre a publicação dos diretores que continuam acontecendo sem mencionar as escolas e Vitor diz que precisam apurar, pois enviam a nomeação correta para administração para depois ir para a publicação e destaca que quando sai da SEMED é com a informação da escola. Depois Marcos faz a leitura dos itens 4 e 4.1 e comenta sobre o comparativo das matrículas que aponta para a falta de vagas, mas só podem confirmar isso com o censo. Na sequência faz a leitura do item 4.3, o qual trata sobre a valorização do magistério e diz que não mudou muita coisa em relação ao ano passado. Ao término da leitura, pontua que o conselho tem 3 opções que é indicar a reprovação, aprovação com ressalvas ou aprovação das contas. Nadja diz que a partir dos questionamentos apontados deve ser feita a aprovação com ressalvas. Vitor questiona se haverá votação e Marcos pergunta tem outra proposta diferente da de Nadja e, não havendo, fica aprovado por unanimidade. Jaguaracy diz que tem que

haver a votação. Assim, Vitor, Jaguaracy, Thiago, Josenita, Marilene, Fábio e Nadja votaram pela aprovação das contas com ressalvas. Marcos diz que precisam de uma reunião para analisarem o parecer do Fundef e que pode ser semana que vem. Discutiram sobre a possível data para a reunião e ficou decidido que será definido posteriormente. Vitor informa que entrou em contato com a Secretaria da fazenda sobre a necessidade deles na reunião e eles questionaram se a reunião pode ser feita no CALF e Marcos disse que é um problema deslocar o conselho para um espaço do executivo. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada às dezessete horas e quinze minutos e foi lavrada a presente ata.